

Juventude Considerada Em Situação De Deficiência Na Escola: Presente!

*Juventud Considerada En Situación De Deficiencia En La Escuela:
Presente!*

Youth Considered In The Situation Of Disability At School: Present!

Elisabete da Silveira Ribeiro¹

Danilo Costa da Silveira²

Michele Silveira Azevedo³

Resumo

O artigo que se apresenta faz parte de uma discussão maior no grupo de pesquisa do qual se participa e retoma brevemente a forma como política atual de Educação Especial, neste momento, ameaçada por uma reforma obscura, proporcionou a entrada de crianças e jovens em situação de deficiência na escola regular. Lembra-se que isto causou mal-estar. Todavia, o acesso foi garantido. Interessa-nos saber quais os efeitos desse processo para os jovens considerados em situação de deficiência em processo de escolarização. Esta é uma fase inicial da pesquisa, onde colocamo-nos a serviço, buscando promover o diálogo com os sujeitos através de entrevistas, cartas, encontros para que se possa viabilizar a experiência. Contamos principalmente com a contribuição de Charlot (2010), Plaisance (2015) e Saviani (2014) para compor este diálogo.

Palavras-chave: Juventude considerada em situação de deficiência; Escola.

Resumen

El artículo que se presenta forma parte de una discusión mayor en el grupo de investigación del que se forma y retoma brevemente la forma como la política actual de Educación Especial, en este momento, amenazada por una reforma oscura, proporcionó la entrada de niños y jóvenes en situación de discapacidad en la escuela regular. Recordamos que esto causó malestar. Sin embargo, el acceso se ha garantizado. Nos interesa saber cuáles son los efectos de este proceso para los jóvenes considerados en situación de deficiencia en el proceso de escolarización. Esta es una fase muy inicial de la investigación, donde nos ponemos al servicio, buscando promover el diálogo con los sujetos a través de entrevistas, cartas, encuentros para que podamos viabilizar la experiencia. Contamos principalmente con la contribución de Charlot (2010), Plaisance (2015) y Saviani (2014) para componer este diálogo.

Palabras clave: Juventud considerada en situación de discapacidad; Escuela.

Abstract

The present article is part of a larger discussion in the research group of which it is part and briefly recaptures the current Special Education policy, currently threatened by an obscure reform, that allowed the entry of children and young people in situation disabilities in regular school. We remember that this caused uneasiness. However, access was guaranteed. We are interested in knowing the effects of this process for the young people considered as disabled in the schooling process. This is a very early phase of the research, where we put ourselves at the

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; RS; Brasil; btsilveira@gmail.com

² Graduando em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas; RS; Brasil; dcsilveira47@gmail.com

³ Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas; Pelotas; RS; Brasil; michelesilveirazevedo@gmail.com

service, seeking to promote dialogue with the subjects through interviews, letters, meetings so that we can make the experience viable. We count on the contribution of Charlot (2010), Plaisance (2015) and Saviani (2014) to make up this dialogue.

Palavras-chave: Youth considered disabled; School.

1.Introdução

Não é Sério
Charlie Brown Jr.
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
(...) Eu sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já faz um tempo
Mas, eu gosto e lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar...

O presente artigo parte da experiência enquanto professores de escola pública em Pelotas, no Sul do Rio Grande do Sul. Entende-se e enfatiza-se que a educação escolar para todos é centralidade no fazer pedagógico. Portanto, percebe-se isto como inegociável na educação.

A política da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva de 2008, com a regulamentação do Atendimento Educacional Especializado, pelo Decreto n. 6.571/2008 e em 2009 com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado implementadas pela Resolução do CNE (4/2009) possibilitou a entrada de pessoas em situação de deficiência nas escolas regulares, entre estas pessoas muitos jovens que ainda não tinham tido acesso à escola, passaram a ter esse direito garantido. Isto, entretanto, causou muito mal estar, tanto nos professores, quanto em alguns pais e, ainda que menos, também em alguns outros estudantes.

Olhando para a história, sabe-se que até pouco tempo, muitas pessoas não tinham espaço garantido na escola pública, podemos citar aqui a população negra, feminina e indígena. Porém, o recorte nesta escrita são pessoas em situação de deficiência, as quais, com a citada política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva tiveram acesso ao lugar de alunos, o que lhes deu outro status de pertencimento.

A vontade aqui expressa é de dialogar com as juventudes em situação de deficiência, buscando compreender a relação destas com o saber a partir das experiências da escola. Para tanto se busca o diálogo com autores como Charlot (2010), Plaisance (2015) e Saviani (2014).

2. Juventudes

Situam-se aqui as juventudes sociologicamente compreendidas na faixa etária de quinze a trinta anos. Interessa-nos saber das juventudes, escutá-las. E dentro desse universo tão complexo, situa-se a pesquisa, mais especificamente com juventudes em situação de deficiência e a relação destas com os saberes produzidos na escola.

Pensar nas juventudes, no Brasil e no mundo, é pensar no diverso, hoje se fala das relações ciborgues, em que parte das juventudes, principalmente da classe média à alta, se “conhecem”, fazem amizades, namoram de forma extremamente protegida, não tendo muito a possibilidade de saírem sozinhos para fazer coisas simples, como por exemplo, andar de bicicleta. Vivem entre “iguais”. Preservando e alimentados na cultura do medo do encontro com o “diferente”.

Entretanto, esta não é a realidade das juventudes como um todo, sendo que na periferia estão nas ruas por longo tempo e sem perspectivas, o que lhes proporciona situações de vulnerabilidade, já que seus pais precisam trabalhar muito, porque ganham muito pouco. Sabe-se que as juventudes das favelas do Rio, por exemplo, vivem acudadas pela ação de traficantes, mas ainda mais pela ação da polícia, que invade lugares e corpos, que mata legitimada por um Estado que as abandona a própria sorte.

A propagação da cultura do medo e do ódio produz muita violência, como no caso do menino que estava com o celular na mão na porta de casa na Favela da Maré no Rio e que, numa ação policial, o artefato foi “confundido” com um revólver, resultando no assassinato da criança. Nunca se ouviu os lamentos de uma mídia que chora apenas por alguns, de lugares escolhidos, só alguns, para esta, vivíveis. Assim, perdem-se juventudes, as relações vão ficando cada vez mais mediatizadas, as experiências e possibilidades vão perdendo espaço.

Concorda-se com Charlot (2010) quando diz que os jovens não são ouvidos, que a sociedade gosta de tudo o que é novo, mas que não gosta dos jovens. É como se os saberes destes fossem saberes menores. O autor ocupa-se de pesquisar esse público. Em Paris, no ano de 1987, optara por pesquisar as dificuldades de estudantes “mais fracos, num lugar frágil.” Atualmente, no Brasil, continua suas pesquisas com jovens de classe popular do Sergipe.

Charlot nos ajuda a pensar na juventude, enquanto desenvolvimento humano, que é a época da criatividade, do alargamento das relações. É época que de modo geral as pessoas

lembram com saudades, como sendo a melhor fase de suas vidas. Porém, os jovens não são, via de regra, levados a sério.

Pensar isto faz lembrar Dunker (2015) quando faz a crítica ao que ele chama de lógica do condomínio, nomeando de psicopatologia do Brasil entre muros, segundo a qual, temos a pretensão de viver na sociedade atual, apenas entre os iguais, como isto fosse realizável, o que faz com que nossas pequenas diferenças se tornem insuportáveis. A escola, inserida nesta sociedade, por sua vez, frequentemente, reproduz esta lógica.

Entretanto, entende-se que a escola é um lugar não apenas de encontros e desencontros, mas onde se produzem muitos saberes promovidos em cada sujeito. Por isso, ressalta-se que este é um espaço imprescindível para, principalmente, crianças e jovens. É onde se aprende com o outro que pode ser o professor, o colega, o funcionário. Portanto, esta instituição deve estar a serviço de todos. Parece óbvio e, talvez seja, enfatizar isto, no entanto, na atual conjuntura se faz extremamente necessário. Já que o novo governo acena com a decisão de retrocesso na Política de Educação Especial.

Deste modo, vai se buscando nas memórias, juntando fragmentos do vivido com autores que contribuem para o pensar, tentando fazer uma bricolagem, deixando as palavras derramarem-se no papel.

2.1 Juventudes, Situação de Deficiência e Escola

Se a contemporaneidade é complexa para as juventudes grosso modo, ela é agravada quando estas se apresentam em situação de deficiência, sendo invisibilizadas nas escolas e nas pesquisas ou apresentando sujeitos estereotipados, muitas vezes, inclusive, infantilizados.

Toma-se de Plainsance (2015) o conceito de Situação de Deficiência. O autor afirma que

não se trata de afetação da linguagem o emprego da expressão ‘pessoa em situação de deficiência’, mas de afirmação do peso dos contextos de vida que constituem obstáculos para a pessoa (obstáculos materiais à locomoção, comunicacionais à troca de informações etc.).

Deste modo desloca-se o foco da “deficiência” para a situação e não mais para o sujeito “deficiente”, que passa a ter nome e características próprias. Ou seja, ao invés de ser “o autista”, “o down”, será “João”, “Pedro”, “Maria”, etc. com seus gostos, desejos, anseios e frustrações.

Para Saviani (2014) a escola em si quando afirma em seus projetos que deseja formar cidadãos conscientes, entretanto como está estruturada, quer formar pessoas que “saibam ocupar seu lugar na sociedade, que sejam disciplinadas, ordeiras”; ou seja, “submissas e

conformadas.” Deste modo, tenta produzir muitos “do mesmo”. Questionamos: qual o lugar existente para aquele que não se enquadra neste perfil? De pronto é visto como desviante, fora da norma?

Charlot enfatiza que

Só aprende quem estuda, quem tem uma atividade intelectual. Mas só faço um esforço intelectual se a atividade tem sentido para mim e me traz uma forma de prazer. [...] Ir à escola, estudar (ou recusar-se a estudar), aprender e compreender, seja na escola seja em outros lugares: qual sentido isso tem para os jovens, em particular nos meios populares? Em outras palavras: qual a relação dos alunos com a escola e com o saber? (CHARLOT, 2010, p.151)

Como ter desejo de aprender num espaço onde se é ignorado? Pensar nas juventudes em situação de deficiência que povoam o espaço da escola é (re)pensar a própria prática enquanto professores da rede pública do estado do Rio Grande do Sul ou de onde se estiver. É, portanto, uma reconstrução, um revisitar contradições, impasses e também apostas e invenções.

Na escola, há algum tempo atrás, vivia-se a contradição ao perceber que parecia que os alunos em situação de deficiência tinham prazo de validade, quando atingiam a juventude os espaços iam se fechando a estes, com constantes reprovações, até que os mesmos se cansassem e desistissem da instituição. Via-se esse processo se repetir ano a ano, não sem luta, mas muitas vezes sem êxito.

A política de Educação Inclusiva de 2008 foi incisiva em dizer que o lugar destes era sim a escola pública que deveria ser de todos. Porém, apenas as políticas não garantem um lugar efetivo, o qual privilegiaria não só estes, mas todos, porque é na convivência com a diversidade que se é possibilitado ao desenvolvimento altruísta, reconhecendo e respeitando “o outro” com todas as suas potencialidades e limites.

E, mesmo esta frágil e tão recente política, está prestes a ser extinta neste momento, pois o Ministério da Educação já anuncia que está remodelando a política, sem a participação das universidades e nem de movimentos sociais de pessoas com deficiência, podendo retornar estas juventudes às segregacionistas escolas especiais que pouco ou nada tem de escolas. São centros de saúde por excelência, mas entende-se que a escola deve ser a de todos e todas com suas potencialidades, dificuldades e diferenças que aprendem/ensinam o tempo todo.

Triste pensar que mesmo espaços voltados à pesquisa com juventudes pouco pensam naqueles que estão em situação de deficiência, há aqui também uma fronteira bem demarcada, uma periferia que não encontra eco. Assim, ratifica-se a vontade de conhecer o outro e de nos colocarmos a trabalho deste.

Pesquisas recentes mostram interesses cada vez maiores nos sujeitos com deficiência, mas de forma atravessada por um discurso de medicalização, de normalização, de superação da deficiência, como se isto fosse possível ou como se as pessoas pudessem ser vistas apenas a partir deste rótulo.

Porém, olhando os dados percebe-se que de fato há um aumento significativo das juventudes em situação de deficiência na escola comum.

Educação Especial - Rede Pública Estadual e Municipal – Brasil – 2017			
Ensino Fundamental	Médio	EJA Fundamental	EJA Médio
663.658	86.122	58.450	9.089

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2017)

Olhando os dados de Meletti e Ribeiro (2014, p.99) havia 485.965 no ensino fundamental regular, no Ensino Médio 42.499 e no EJA 50.198. Em 2017, segundo os dados do INEP têm-se 663,658 no Ensino Fundamental, 86.122 no Médio, 58.450 no EJA Fundamental e 9.089 no EJA Médio. Percebe-se o aumento de estudantes em situação de deficiência na escola pública, embora os dados atualmente tenham modificado a forma de expressão e sejam apenas da matrícula inicial.

Porém, a inclusão muitas vezes está na borda. Pensa-se no modo cínico de exclusão do que é “diferente”, fazendo da diferença algo pejorativo. Para Safatle (2013, p.29)

a organização discursiva do campo social das diferenças é sempre solidária à exclusão de elementos que não poderão ser representados por esse campo. Elementos presentes na vida social, mas que não serão mais ouvidos, elementos cujas palavras serão definidas por nós como desprovidas de racionalidade e de possibilidade de reconhecimento.

Evidentemente que a tentativa de normalização do “outro” é algo fadado ao fracasso, entretanto, também não é possível ignorar sua presença. Rahme alerta que

[...] acaba-se demandando do sujeito considerado diferente uma aproximação do que é tido como normal, mesmo em contextos ditos inclusivos. Tal observação faz concluir que o fantasma do outro anormal ameaça o eu pretensamente normal, tornando possível sua inclusão escolar, desde que ele deixe de ser estranho. (RAHME, 2014, p. 31)

Mesmo que se tenha avançado na legislação, esse avanço, inúmeras vezes, não corresponde às práticas diárias da escola. Concorda-se com Vasques, Moschen e Fröhlich quando afirmam que

A despeito das diretrizes inclusivas, a escola ainda equaciona o diferente à anormalidade e acaba por reproduzir - e justificar - a desigualdade. Nesse contexto, o fascinante e eficaz conhecimento produzido pela *episteme* médico-psicológica justifica interpretações e trajetórias escolares empobrecidas e objetivadoras. A eficácia e fascinação de tais proposições derivam da forma: um modelo descritivo, classificatório, no qual tudo está organizado, contemplado. O fechamento harmônico entre o que há e o que não há, o que é e o que não é. (VASQUES, MOSCHEN E FRÖHLICH, 2014, p 02).

Cada vez mais “criam-se” laudos, síndromes, formas de enquadrar aquele que aparece como desviante. Cresce, assim, a ansiedade dos profissionais de educação por um “diagnóstico” médico, como se isto fosse resolver os diversos modos de aprender. Assim, alguns jovens nunca serão os alunos, porque este papel não está dado. Ele é construído diariamente. Os professores, por outro lado, vão tendo retirado de si, por uma lógica medicalizadora, o saber que lhes é próprio que é o de como seus alunos aprendem, quais as suas dificuldades, quais potencialidades e isto só pode ser construído na experiência do dia a dia. Constantemente, se criam artifícios, aplicativos aligeirados, como o do totem que rapidamente “diz” se alguém é autista a partir de algumas questões. Produzem-se deficiências, para que um mercado sedento possa lucrar com cursos, tecnologias e mais segregações.

3. Concluindo

Interessa-nos ouvir as juventudes em situação de deficiência no que diz respeito à relação à escolarização. Que saberes este processo pelo qual passaram lhes produziu?

Enfatiza-se aqui o compromisso com o que nos é inegociável que é a educação para todos, tendo como pretensão ouvir a palavra destas juventudes, cabe reafirmar as políticas de inclusão a partir das Diretrizes Inclusivas de 2009, que possibilitam a escolarização, pois ainda se vive um cenário nefasto de segregação e abandono, para com os jovens marcados pelo significante da “inclusão”. O que se desenha na atual reforma é uma proposta que não leva em conta os modos próprios de ver e pensar o mundo.

É bem comum se ouvir nas escolas frases como “temos tantos alunos e alguns de inclusão.” Fica o questionamento é realmente inclusão se estes tem que ser nominados deste modo? Quando recebem o status de alunos?

Sendo assim, propomos (re)pensar as estratégias e o trabalho realizado, especificamente com este grupo, compreendendo que a alteridade, ou seja, pensar o outro como outro de mim, encaminha o fazer pedagógico. Neste sentido é a via de entendimento das necessidades de construção formativa, alicerçada na promoção da igualdade na diferença, ou seja, o sujeito é único e suas formas de aprendizagem também o são.

A conjuntura política atual dá fortes indícios de retrocesso na inclusão, com o retorno das escolas especiais, cabe a resistência e a compreensão dos saberes produzidos pelos jovens em situação de deficiência, promovendo um olhar para as construções históricas destes sujeitos de forma a não isolá-los em espaços de segregação e discriminação. A alternativa, mais uma vez é realizar o esforço da escuta em relação aos seus espaços de escolarização.

Solicita-se, assim, de forma bastante humilde para que essas juventudes que vivem nas bordas nos deem a sua palavra, enquanto têm-se o compromisso de fazer essa escuta atenta e comprometida de quem tem muito a aprender.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2017*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

CHARLOT, Bernard. *Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

DUNKER, Christian I. L. *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. Indicadores Educacionais Sobre a Educação Especial no Brasil. In: *Cad. Cedes*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio-ago. 2014

OHL, Nathalie Guerrero, et al. Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência. In: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. Vol. 13, n. 2, p. 243-250, jul./dez, 2009.

RAHME, Mônica Maria F. *Laço Social e Educação: Um estudo sobre os efeitos do encontro com o outro no contexto escolar*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.

SAFATLE, Vladimir. *A Esquerda Que Não Teme Dizer Seu Nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2013

SAVIANI, Dermeval. *O Lunar de Sepé: Paixão, dilemas e perspectivas de educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VASQUES, Carla K, MOSCHEN, Simone, FRÖHLICH, Cláudia Bechara. *Diálogos Entre Psicanálise e Educação Especial: Uma experiência em formação*. Florianópolis: X ANPED SUL, 2014.